



## ***Teresina Luz S.A.***

### ***NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em Reais)***

#### **1. Contexto operacional**

TERESINA LUZ S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, que tem sede e foro na rua Guaporé, nº 2603, sala 06 e 07, Bairro Primavera, CEP 64.007085, na cidade de Teresina, estado do Piauí.

A Companhia foi constituída em 5 de dezembro de 2019, com registro na Junta Comercial do Estado do Piauí em 16 de março de 2020. Foi constituída para execução do Contrato de PPP “Parceria Público Privada” firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal de Teresina Estado do Piauí, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. O prazo de concessão é de 20 anos, contados a partir da data de prestação dos serviços que se iniciou em setembro de 2020. Desde este início até o encerramento das demonstrações financeiras a Companhia havia instalado 98.531 (não auditado) pontos de iluminação em LED.

Foi impetrado mandado de segurança pela Zoponi, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica LTDA, líder do consórcio, sob o número 083028047-2019-818-0140, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Teresina/PI, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 042.002249/19. No TJ/PI, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento nº 0715483-90-2019-818-0000.

Em junho de 2021, foi apresentado Recurso de Apelação pelo Consórcio Teresina Luz, o qual não foi provido pela 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí, mantendo-se a sentença de 1º Grau, com a publicação do Acórdão em 23/03/2022. Atualmente foi interposto Embargos Declaratórios pelo Consórcio Teresina Luz, a ser apreciado. Segundo relatório dos advogados patrocinadores da causa, a probabilidade de perda é remota, portanto, o risco de afetar as operações e resultados desta concessão é considerado baixo, principalmente em razão do provimento do Recurso de Apelação interposto pelo Consórcio Teresina Luz, que reforma a sentença proferida na Ação Anulatória de Contrato - Processo nº 0821688-77.2020.8.18.0140, que visava anular o contrato de concessão.

Em 28 de dezembro de 2023, a acionista Conasa Infraestrutura realizou a venda da participação societária de 33.33% da Companhia Teresina Luz S.A. pelo valor de R\$ 39.000.000 para os outros dois acionistas FM Rodrigues e Cia Ltda e Brasiluz Eletrificação Eletrônica Ltda na proporção de 50% para cada um, tendo recebido em 19 de janeiro de 2024 o valor de R\$ 15.000.000 e o restante sendo recebidos em 12 parcelas de R\$ 2.000.000 entre fevereiro de 2024 e janeiro de 2025.



## 1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 23 de abril de 2025.

## 2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

### 2.1. Descrição das atividades realizadas

Conforme objeto do contrato, Teresina Luz S.A. realiza atividades relacionadas à implantação, a instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a efficientização, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública do município de Teresina - PI.

Importante destacar que o contrato foi executado em fases distintas, todas elas cumpridas com êxito pela Concessionária, sendo:

- **FASE I – Assunção dos Serviços e Planejamento para a Modernização e Efficientização da Rede**

Na data de eficácia, a CONCESSIONÁRIA assumiu a prestação dos serviços de manutenção na rede municipal de iluminação pública inicial, conforme previsto em seu PLANO DE TRANSIÇÃO e em observância às obrigações e especificações do CONTRATO e seus ANEXOS.

- **FASE II – Implantação da Modernização e Efficientização**

Após cumpridos os requisitos da FASE I, a CONCESSIONÁRIA deu início à fase de implantação de todos os marcos de modernização e efficientização da rede municipal de iluminação pública, incluindo a implantação do sistema de telegestão e das unidades de destaque previstos no plano estratégico.

No período de janeiro de 2024 à dezembro de 2024, a concessionária não realizou efficientizações, devido ao cumprimento integral das modernizações nos marcos definidos contratualmente na FASE II.

No tocante à operação e manutenção do parque de Iluminação Pública, os serviços incluem a instalação e substituição de cabos, braços, fusíveis, lâmpadas, fiação, relês, reatores, conectores, postes etc.



## **2.2. Descrição dos investimentos e desembolsos realizados**

Os principais desembolsos realizados no período de janeiro a dezembro de 2024 foram para a aquisição e instalação de novas luminárias, projetores, equipamentos de telegestão e acessórios, incluindo materiais como cabos, braços, postes etc. O montante dispendido com investimentos no período foi de R\$ 41.242.753

## **2.3. Descrições do cumprimento das metas, do Cronograma de Modernização, e Eficientização Energética, do Fator de Desempenho Geral e; do Fator de Modernização e Eficientização**

A concessionária atingiu todas as metas do ano de 2024. Com relação à eficientização energética, houve significativa economia de energia em razão do volume de pontos modernizados desde o início da concessão, atingindo uma economia da ordem de 72,15%.

Quanto aos índices de desempenho aplicados sobre a receita, apenas 02 eventos isolados ocorreram, sem impactos significativos na nota do ID (Índice de Desempenho) e consequentemente sem impactos financeiros ou reflexos no bom andamento dos serviços.

## **2.4. Descrição das obras realizadas**

As obras realizadas no período englobam tanto implantação de equipamentos de telegestão, quanto as ampliações do parque, com a instalação de novos pontos de iluminação dos tipos ponto novo parcial, ponto novo completo, ponto escuro e ponto de IP terceiro, com serviços que incluem a instalação de braços, de luminárias, postes, cabos etc.

## **2.5. Descrição das atividades de manutenção**

As atividades de operação e manutenção realizadas no período de janeiro a dezembro de 2024 estão relacionadas aos serviços de instalação e substituição de cabos, substituição de braços, postes, fusíveis, luminárias LED, fiação, relês, etc.

Neste período, a concessionária dispendeu R\$ 30.767.999 com a manutenção do parque.

## **2.6. Descrição dos eventuais períodos de interrupção dos serviços e suas justificativas**

Não ocorreram interrupções dos serviços no período.



## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1 Bases de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), divulgadas de forma comparativa com as do exercício anterior.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

### **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Teresina Luz S.A. e, também, a sua moeda de apresentação.

### **3.3. Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

### **3.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.



### 3.5. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possuir um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

**b) Mensurados ao custo amortizado** - São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

**c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*** - Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações e que possa haver impactos decorrentes desse risco.



Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas.

### **3.6. Ativos e passivos circulantes**

Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como não circulantes.

### **3.7. Os créditos a receber**

São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### **3.8. Imobilizado**

É demonstrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na Nota 12, levando em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda do ativo e seu valor contábil) é reconhecido no resultado no exercício em que o ativo for baixado. Se houver qualquer indicação de uma mudança significativa na taxa de depreciação, no prazo de vida útil ou no valor contábil líquido de um ativo, a depreciação desse item é revisada de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

### **3.9. Provisões**

A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja



necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

### 3.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### 3.11. Impostos sobre vendas e serviços

Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

<b>Impostos e Contribuições Sociais</b>	<b>Alíquotas</b>
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	2,00% a 5,00%

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. Os créditos decorrentes de PIS / COFINS não cumulativos são registrados como dedução do custo de vendas no resultado ou como créditos fiscais diferidos quando decorrentes de eventos sujeitos a realização futura.

Sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e ao PIS, com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente.

### 3.12. Novas normas, alterações e interpretação das normas

#### (a) Alterações de normas adotadas pela Sociedade

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

#### **Alterações CPC 26/IAS 1 - Classificação do Passivo circulante e ou não circulante.**

Essas alterações foram emitidas em 2020 visando a esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicariam inicialmente aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Essas alterações não geraram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa.



**Revisão NBC 18** – todas as alterações são decorrentes da revogação da NBC TG 08. Incluindo: a NBC TG 15 (R4), que fala sobre a combinação de negócios e foi revisada para incluir explicitamente os custos diretamente relacionados à aquisição; a NBC TG 27 (R4), que trata de ativo imobilizado e esclarece que o custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. A revisão traz também modificações na NBC TG 20 (R2) que versa sobre os custos de empréstimos e inclui encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, conforme descrito na NBC TG 48, sobre instrumentos financeiros. Outra modificação foi a da NBC TG 41 (R2), que apresenta o resultado por ação. A vigência das alterações, inclusões e exclusões da Revisão NBC 18 iniciou-se em 1º de novembro de 2023.

**Revisão NBC 19** – modifica a NBC TG 26 (R5) que trata da apresentação das demonstrações contábeis e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. A Revisão inclui os itens 76ZA, 76A e 76B. Outra norma impactada é a NBC TG CPC 06 (R3), que contempla o arrendamento e inclui os itens 102A, C1D, C20E, e alterações no item C2. Essas modificações têm aplicação a partir de 1º de janeiro de 2024 e não tiveram reflexos significativos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

**Revisão NBC 22** – corresponde à Revisão do Pronunciamento Técnico n.º 24 e as mudanças incluem novos itens e exemplos na NBC TG 32 (R4) – tributos sobre o lucro e também alterações na NBC TG 03 (R3) – demonstrações do fluxo de caixa e na NBC TG 40 (R3) – instrumentos financeiros: evidenciação. Em relação à NBC TG 32 (R4), são introduzidos os itens 4A, 88A a 88D e 98M, com destaque à aplicação específica desta norma a tributos sobre o lucro relacionados à legislação do Pilar Dois, definida pelas regras modelo da OCDE. Quanto à NBC TG 03 (R3), são adicionados os itens 44F a 44H, relacionados aos acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado). Na NBC TG 40 (R3), o item 44JJ é adicionado, alterando o item B11F do Apêndice B. Essa alteração relaciona-se às divulgações quantitativas do risco de liquidez.

As mudanças foram incorporadas nas normas correspondentes, e estão em vigor desde o dia 29 de dezembro de 2023. A NBC TG 03 (R2) e a NBC TG 40 (R3) para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024. Não houve reflexos relevantes nas demonstrações contábeis da Sociedade.



## **(b) Normas novas que ainda não estão em vigor**

**NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28** - Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2025 e, em razão de sua abrangência, não terá reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

**NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade** - Em 29 de outubro o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações.

Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam vir a ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

## **4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à expectativa de tempo de realização do ativo financeiro derivado do contrato de concessão.



## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados da seguinte forma:

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Caixa	3.048	2.846
<u>Bancos conta movimento:</u>		
Santander	390.511	153
Banco do Brasil	51.756	3.969.384
	<u>442.267</u>	<u>3.969.537</u>
<u>Aplicações financeiras:</u>		
Banco do Brasil	-	6.032.141
	<u>-</u>	<u>6.032.141</u>
	<u><b>445.315</b></u>	<u><b>10.004.524</b></u>

## 6. CLIENTES

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Clientes – Valores a faturar	4.412.688	4.123.279
	<u><b>4.412.688</b></u>	<u><b>4.123.279</b></u>

O grupo de Clientes – Valores a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência. Não existem valores vencidos em relação ao ano de 2024, uma vez que as contraprestações são faturadas com a prévia autorização do poder concedente sempre no mês subsequente ao da competência, desta forma não há provisões para perdas de títulos de liquidação duvidosa reconhecidas.

## 7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Está representado por gastos correspondentes a obras e serviços executados no objeto do contrato com a Prefeitura do Município de Teresina - PI, no montante de R\$ 202.470.225 (R\$ 178.000.548 em 31 de dezembro de 2023), com previsão de realização de R\$ 31.433.814 no próximo exercício e R\$ 171.036.411 após o exercício seguinte. Os valores são recebidos em contraprestações futuras conforme previsto no Contrato de Concessão.



O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de parceria público privado. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada contrato é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão. Foi mantido os valores do ativo de contrato no curto prazo pela estimativa do recebimento das contraprestações de modo a não ultrapassarem 12 parcelas.

### 7.1. Composição do ativo de contrato de concessão

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<b>Ativo de contrato de construção</b>		
Constituição do ativo de contrato	205.964.275	164.721.523
Juros sobre ativo de contrato	46.256.814	38.765.555
Atualização monetária sobre ativo de contrato	38.221.790	25.852.309
(-) Recebimento de juros de juros e atualização	(87.972.654)	(51.338.839)
	<u><b>202.470.225</b></u>	<u><b>178.000.548</b></u>
Ativo circulante	31.433.814	42.434.533
Ativo não circulante	<u>171.036.411</u>	<u>135.566.015</u>

### 7.2. Movimentação do ativo de contrato de concessão

	<u>31.12.2024</u>
	<u>R\$</u>
Saldo inicial	178.000.548
Adições (receita de construção)	41.242.753
Juros e atualização financeira	30.463.907
Recebimento através da CIP (*)	(36.633.816)
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	(10.603.167)
<b>Saldo final</b>	<u><b>202.470.225</b></u>
TRAC (**)	19,21% a.a.

### 7.3. Serviços de construção

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita de construção	41.242.753	49.700.687
Custos de construção	(41.242.753)	(49.700.687)



## 8. TRIBUTOS A COMPENSAR / RECUPERAR

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
IRRF a recuperar sobre faturamento	-	758.913
COFINS a recuperar	9.327	52.572
PIS a recuperar	3.003	16.526
IRPJ a recuperar	1.367.599	38.300
CSLL a recuperar	122.271	-
	<b>1.502.200</b>	<b>866.311</b>

## 9. DESPESAS ANTECIPADAS

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
<b><u>Circulante:</u></b>		
Seguros a apropriar	30.878	17.971
	<b>30.878</b>	<b>17.971</b>
<b><u>Não circulante:</u></b>		
Custos iniciais de elaboração de projetos (i)	2.000.290	2.127.968
	<b>2.000.290</b>	<b>2.127.968</b>

(i) Refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, contratado pela prefeitura de Teresina-PI e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Esta despesa com o pagamento do projeto que será amortizado linearmente até o final do contrato de PPP.

## 10. OUTROS CRÉDITOS

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
<b><u>Circulante:</u></b>		
Adiantamentos a fornecedores	504.338	476.867
Adiantamentos a funcionários	31.386	26.415
	<b>535.724</b>	<b>503.282</b>
<b><u>Não circulante:</u></b>		
Adiantamentos a fornecedores	16.126.268	-
	<b>16.126.268</b>	<b>-</b>



## 11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Durante o exercício de 2024 a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual, assim como em 2023. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no cálculo de imposto de renda e a contribuição social corrente não houve saldo a pagar na apuração e, em razão da existência de bases fiscais negativas a compensar, foram reconhecidos valores de RPJ e CSLL diferidos:

<b>IRPJ e CSLL Diferidos - Ativo</b>	<b>31.12.2024</b>
	<b>R\$</b>
Prejuízo fiscal acumulado em 31.12.2024	51.737.078
IRPJ (15%)	7.760.562
Adicional 10% acima de R\$ 20.000/mês	5.173.708
IRPJ Diferido (25%)- Ativo	12.934.270
CSLL Diferido - Ativo (9%)	4.656.337
<b>IRPJ e CSLL Diferidos - Ativo</b>	<b>17.590.607</b>

## 12. IMOBILIZADO

Está representado por:

	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Computadores e Periféricos</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>20.131</b>	<b>16.173</b>	<b>135.671</b>	<b>171.976</b>
Aquisição		37.490		37.490
Baixa		(820)		(820)
Depreciação	(2.993)	(6.467)	(51.857)	(61.317)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.138</b>	<b>46.376</b>	<b>83.814</b>	<b>147.328</b>
Custo	29.935	59.114	256.921	345.970
Depreciação acumulada	(12.797)	(12.738)	(173.107)	(198.642)
<b>Saldo contábil líquido 31.12.2024</b>	<b>17.138</b>	<b>46.376</b>	<b>83.814</b>	<b>147.328</b>



### 13. FORNECEDORES

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores nacionais (i)	633.030	1.177.533
Fornecedores - Contratos a realizar (ii)	18.454.921	15.921.943
	<b>19.087.951</b>	17.099.476
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores - Contratos a realizar (ii)	132.428.851	87.729.759
<b>Total de fornecedores</b>	<b>151.516.802</b>	<b>104.829.235</b>

(i) Refere-se a fornecedores de materiais para manutenção do parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI.

(ii) Refere-se as medições das obras realizadas do prestador de serviços responsável (*EPC-Engineering, Procurement, Construction*) pelo projeto de implantação de todas as luminárias no parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI, conforme contrato de construção firmado com a Construtora Luz de Mauá Ltda. O contrato tem prazo para pagamento em 60 meses e não há juros remuneratórios.

### 14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Salários a pagar	120.638	126.766
INSS	94.041	67.284
FGTS	29.290	26.313
IRRF folha	1.218	1.667
Pensão alimentícia a pagar	529	287
Contribuição sindical	2.275	-
	<b>247.991</b>	<b>222.317</b>

### 15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
COFINS	21.637	-
PIS	4.436	-
ISS	400.768	394.788
IRRF	402	101
PIS/Cofins/CSLL retenção	1.247	313
	<b>428.490</b>	<b>395.202</b>



## 16. TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE OPERAÇÕES

	31.12.2024	31.12.2023
	R\$	R\$
<b><u>Não circulante:</u></b>		
IRPJ diferido (i)	5.053.828	-
CSLL diferido (ii)	1.819.378	-
COFINS diferido (iii)	3.202.106	2.305.463
PIS diferido (iv)	527.855	377.074
	<b>10.603.167</b>	<b>2.682.537</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferidos - Passivo</b>		
<b><u>Exclusões de diferenças temporárias:</u></b>		
Variação monetária diferida mensal		25.144.745
		<u>25.144.745</u>
<b><u>Adições de diferenças temporárias:</u></b>		
Total de adições LALUR		(4.929.433)
		<u>(4.929.433)</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos		20.215.312
IRPJ (25%)		5.053.828
Saldo IRPJ diferido ano anterior		-
<b>(i) IRPJ diferido</b>		<b>5.053.828</b>
CSLL (9%)		1.819.378
Saldo CSLL diferido ano anterior		-
<b>(ii) CSLL diferido</b>		<b>1.819.378</b>
<b>COFINS e PIS Diferidos - Passivo</b>		
<b><u>Exclusões de diferenças temporárias:</u></b>		
Variação monetária diferida mensal		25.144.745
		<u>25.144.745</u>
<b><u>Adições de diferenças temporárias:</u></b>		
Total de adições LALUR		(4.929.433)
		<u>(4.929.433)</u>
Base de cálculo PIS e COFINS diferidos		20.215.312
COFINS s/ receita financeira (4%)		808.612
Saldo COFINS diferido anterior		2.393.494
<b>(iii) COFINS diferido</b>		<b>3.202.106</b>



PIS (0,65%)	131.400
Saldo PIS diferido anterior	396.455
<b>(iv)PIS diferido</b>	<b>527.855</b>
<b>Total Impostos Diferidos - Passivo</b>	<b>10.603.167</b>

## 17. PROVISÕES TRABALHISTAS

Corresponde à provisão de férias considerando os valores vencidos e proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais, no valor de R\$ 295.921 (R\$ 396.322 em 31 de dezembro de 2023).

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 18.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 40.000.000, representado por 40.000.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 1 (um real). Conforme mencionado na nota 1. a acionista Conasa Infraestrutura alienou suas ações aos outros dois acionistas remanescente em 28 de dezembro de 2023.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31.12.2024 e 2023		
	Número de ações	Valor R\$	% Particip.
Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda	20.000.000	20.000.000	50,00%
FM Rodrigues e Cia Ltda	20.000.000	20.000.000	50,00%
	<b>40.000.000</b>	<b>40.000.000</b>	<b>100,00%</b>

### 18.2. Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, desde que não exceder a 20% do capital social. No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu o valor de R\$ 577.852 (R\$ 1.066.525 em 31 de dezembro de 2023) mantendo saldo de R\$ 112.530 de reserva legal.



### 18.3. Dividendos a pagar

Nos exercícios de 2022 e 2023 foram provisionados dividendos a pagar no total de R\$ 7.289.281, dos quais foram distribuídos R\$ 386.667 no exercício de 2024, restando saldo de R\$ 6.903.054 a ser pago em momento julgado favorável pela administração.

No exercício de 2024 não houve destinação de dividendos a serem distribuídos.

### 18.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha saldo de R\$ 21.869.162 de reserva de retenção de lucros. No encerramento do exercício de 2023 a Companhia constituiu o valor de R\$ 10.979.189, mantendo saldo de R\$ 32.856.046 em reserva de retenção de lucros.

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Receita bruta sobre serviços	12.900.938	19.541.188
Receita de construção	41.242.753	49.700.687
Remuneração sobre o ativo de contrato	19.860.740	29.362.979
Impostos sobre serviços	(1.874.614)	(3.109.015)
	<b>72.129.817</b>	<b>95.495.839</b>

## 20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Custo com material aplicado	5.723.273	6.958.671
Custo com pessoal	5.293.064	5.340.505
Custo com serviços de terceiros	6.634.250	7.207.778
Custo de construção	41.242.753	49.700.687
Depreciação e amortização	127.678	127.678
	<b>59.021.018</b>	<b>69.335.319</b>



## 21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31.12.2024	31.12.2023
	R\$	R\$
Despesas com pessoal	1.597.876	47.266
Mão de obra terceirizada	1.962.689	912.386
Consultoria de Gestão Empresarial	89.004	299.563
Honorários advocatícios (*)	5.473.777	1.786.676
Honorários de Engenharia	289.994	250.646
Reformas e reparos de obras civis	179.386	164.879
Impostos, taxas e contribuições	548.591	28.597
Energia, água, telefone e Internet	202.021	141.851
Aluguéis de Imóveis e Equipamentos	608.452	201.904
Despesas de informática	140.098	131.528
Viagens e estadias	381.838	171.102
Compra de bens de pequeno valor	820	5.205
Depreciação e amortização	61.317	56.397
Outras despesas	381.088	401.458
	<b>11.916.951</b>	<b>4.599.458</b>

(\*) Refere-se a serviços advocatícios contratados para defesa de nulidade do contrato de concessão, conforme mencionado na nota 1.

## 22. RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31.12.2024	31.12.2023
	R\$	R\$
<b><u>Receitas Financeiras:</u></b>		
Rendimentos de aplicação financeira	469.022	277.488
Juros ativos	20.593	105.280
Descontos obtidos	18.065	232
	<b>507.680</b>	<b>383.000</b>
<b><u>Despesas Financeiras:</u></b>		
Despesas bancárias	(11.045)	(12.923)
Juros passivos	(32.375)	(211.873)
IOF	(4.223)	(16.261)
	<b>(47.643)</b>	<b>(241.057)</b>
	<b>460.037</b>	<b>141.943</b>



## 23 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro líquido do exercício	11.557.042	21.330.504
Média ponderada de ações em circulação	40.000.000	40.000.000
<b>Resultado por ações - básico - R\$</b>	<b><u>0,289</u></b>	<b><u>0,533</u></b>

**Diluído:** A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de diluição.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

### 25.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor de mercado dos instrumentos financeiros se aproxima do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2022</u>
	<b>Categoria</b>	<b>Vr contábil R\$</b>	<b>Vr contábil R\$</b>
<b>Ativos financeiros:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	445.315	10.004.524
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4.412.689	4.123.279
Ativo financeiro	Custo amortizado	202.470.225	178.000.548
<b>Passivos financeiros:</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	151.516.802	104.829.235
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	17.723.333



### 25.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

#### 25.3.1. Risco de mercado:

*a) Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que não existe risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa por não ter passivos vinculados as taxas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

*b) Risco de taxas de câmbio:* A Companhia não realiza operações cambiais.

*c) Risco de crédito:* O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

*d) Risco de liquidez:* A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

## 26. CONTINGÊNCIAS

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues no último ano estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, e não há processos tributários conhecidos contra a Companhia, porém, a Administração decidiu constituir a provisão sobre tributos relacionados a prestação de serviços continuados no encerramento dos exercícios de 2023 e de 2024 em R\$ 305.216.

A Companhia também não possui ações judiciais e administrativas de natureza cível e trabalhista, que poderiam ser consideradas como perdas possíveis ou perdas prováveis.



## 27. REMUNERAÇÃO DE DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários não receberam em 2024 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados, e a Companhia não fornece qualquer outro de benefício.

## 28. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
A - Total de fornecedores	151.516.802	104.829.235
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	445.315	10.004.524
C = (A - B) - Dívida líquida	151.071.487	94.824.711
D = Total do patrimônio líquido	74.960.882	63.403.841
E = (C + D) - Capital total	226.032.369	158.228.551
C/E = Índice de alavancagem financeira	66,92%	59,93%

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros são:

<b>Serviços segurados</b>	<b>Período de /Vigência</b>	<b>Cobertura R\$</b>
Responsabilidade civil	08/2024 a 08/2025	5.000.000
Danos Morais	08/2024 a 08/2025	500.000
Responsabilidade civil do empregador	08/2024 a 08/2025	970.000
<b>Total de cobertura</b>		<b>6.470.000</b>



---

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

\*\*\*\*\*